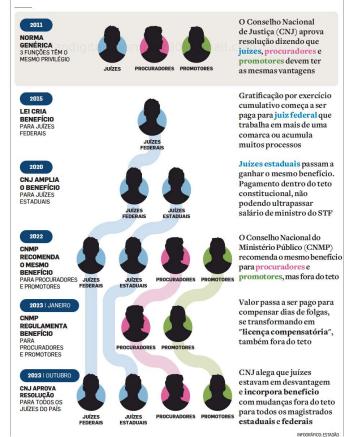
## COMO NASCE UM PRIVILÉGIO

Benefício pago por acúmulo de serviço se transforma em penduricalho para juízes, procuradores e promotores



que envolve pagamento de subsídios e remunerações de magistrados e servidores apenas

gistrados e servidores, apenas 8,2% são referentes ao pagamento de benefícios (exemplos: auxílio-alimentação, auxílio-saúde)", informou o CNJ ao Estadão. Procurado, o Conse-

lho Nacional do Ministério Público não havia se manifestado até a noite de ontem.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) disse, em nota, que as resoluções do CNJ seguem o que está disposto na lei e a remuneração dos juízes é "compatível com a relevância da função desempenhada e similar à de juízes de países que adotam um sistema de justiça semelhante" ao do Brasil.

**PASSAGENS.** Os privilégios não ficam restritos ao Judiciá-

rio. O Congresso aprovou proposta que garante passagens aéreas para parlamentares e ministros do governo em deslocamentos para Brasília e de volta a seus Estados de origem. O gasto é bancado com dinheiro público, mas o Legislativo não apresentou estimativa de impacto, e não se sabe quanto as passagens vão custar no Orçamento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a medida. O pagamento de passagens foi aprovado enquanto Congresso e Executivo debatiam outros itens do mesmo projeto de lei, como o calendário de pagamento de emendas parlamentares e fundo eleitoral. As passagens saíram ilesas da discussão, sem oposição.

"Do ponto de vista fiscal, o penduricalho é quase irrelevante, mas levanta uma discussão sobre a qualidade do gasto, e serve para perceber como os governos começam a pagar mais salário com outro nome", disse o economista Raul Velloso, especialistas em contas públicas. Ele observou que esses benefícios não se incorporam na aposentadoria, onde está o maior problema financeiro da União, dos Estados e dos municípios. "Por isso, é muito fácil defender os penduricalhos."

PREVIDÊNCIA. Em 2019, enquanto o governo do então presidente Jair Bolsonaro e o Congresso discutiam uma reforma da Previdência para reduzir os beneficios pagos para futuros aposentados e segurar o aumento dos gastos do governo, Executivo e Legislativo se juntaram para ampliar privilégios de uma categoria específica de servidores públicos: os integrantes das Forças Armadas.

Na reforma dos militares, feita por meio de projeto de lei paralelo, a indenização paga quando eles são transferidos para a reserva subiu de quatro para oito vezes o valor do soldo. A medida fez com que oficiais recebessem até R\$ 1 milhão em um único mês. •

#### Para lembrar

Remuneração nos MPs chega a R\$ 200 mil por mês

#### Estados

O Estadão mostrou em janeiro que quase a metade dos procuradores e promotores dos Ministérios Públicos dos Estados ganha acima do teto constitucional do funcionalismo público, de RS 41.6 mil

### Penduricalhos

O teto foi criado para limitar o salário dos servidores, mas uma série de penduricalhos faz com que muitos furem o teto e recebam mensalmente até R\$ 200 mil. Questionados, os MPS disseram que a remuneração encontra-se em "integral consonância com o ordenamento jurídico vigente"

#### Subsídio

O teto constitucional do funcionalismo é baseado no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Hoje, o subsídio fixo mensal de um procurador estadual varia entre R\$ 32,3 mil e R\$ 37,6 mil, mas a remuneração é engordada com as chamadas verbas de caráter indenizatório, que estão livres de impostos e não se sujeitam ao abate-teto

### Licenças

Os benefícios mais significativos no contracheque são a licença compensatória, paga aos servidores que acumulam cargos ou funções, e a licença-prêmio, benefício de três meses de folga a cada cinco anos que pode ser convertido em dinheiro

## Benefícios

Também ajudam a elevar a remuneração dos procuradores beneficios quase exclusivos da categoria, como auxílio-moradia, auxílio-educação e auxílio-creche

um "miserê". Em 2018, a então ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, juíza de carreira, pediu ao governo para receber R\$ 61,4 mil porque, com R\$ 33,7 mil, a condição se assemelhava ao "trabalho escravo". No ano passado, uma procuradora de Justiça lamentou o salário de R\$ 37 mil, usado, segundo ela, apenas para bancar suas "vaidades".

FÉRIAS. A indenização por férias não gozadas também acaba elevando o contracheque dos magistrados, extrapolando o teto do funcionalismo e gerando despesas bilionárias para o erário. Como mostrou o Estadão, o pagamento de indenização de férias levou uma jui-

za aposentada do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a receber mais de R\$1 milhão em novembro passado. O holerite foi turbinado com R\$ 791,3 mil cedidos como "reparação por férias não gozadas". Outros R\$ 286,4 mil estão ligados à venda de dias de repouso remunerado não usufruídos, a que tem direito o magistrado por plantão realizado.

por piantao reanzado.
Os juízes têm direito a 60
dias de férias por ano, conforme previsão da Lei Orgânica
da Magistratura (Loman), em
vigor desde 1979. Na prática,
eles tiram 30 dias de descanso
e"vendem" os outros 30 para a
Corte à qual estão vinculados
sob argumento de excesso e
acúmulo de ações. Mais tarde,

recebem esse "estoque", sob a rubrica "indenização de férias não gozadas a seu tempo".

Os tribunais gastaram ao menos R\$ 3,5 bilhões nos últimos seis anos com a compra de férias de juízes, desembar-

# Venda de férias

Juízes têm direito a 60 dias de férias por ano; na prática, eles tiram 30 dias e 'vendem' os outros 30

gadores e ministros. O levantamento levou em consideração dados disponíveis do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no período de setembro de 2017 a maio de 2023. As vantagens que põem os salários dos juízes entre os mais robustos de todo o funcionalismo têm previsão expressa na Lei Orgânica, nos Regimentos Internos dos Tribunais de Justiça dos Estados e em legislações.

BÔNUS. Na fila dos próximos penduricalhos há ainda o bónus por produtividade e eficiência da Receita Federal. Os funcionários do órgão são responsáveis por acompanhar efiscalizar o pagamento de impostos no Brasil. Conforme a produção, podem ganhar mais. Esse beneficio representa um custo de R\$ 1,1 bilhão por ano para a União, mas pode ser aumentado. O valor é alvo de disputa entre a catego-

ria e o governo federal. Os servidores querem ganhar mais. O bônus foi criado por medi-

Obonus foi criado por medida provisória do ex-presidente Michel Temer (MDB), convertida em lei em 2017. Sem
regulamentação, gerou pagamentos irregulares. Em 2019,
o Tribunal de Contas da
União (TCU) apontou pagamentos sem base de cálculo e
sem um índice de eficiência
exigido para comprovar a validade do benefício.

Servidores do Banco Central passaram a reivindicar uma reestruturação das carreiras após a regulamentação do bônus de eficiência da Receita, feita pelo presidente Lula no ano passado. A pressão provocou paralisações. • nw.